

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JULIA VIOLET JATOBÁ

**O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO DA ÁFRICA AUSTRAL
Uma análise dos casos de Moçambique e África do Sul**

RECIFE

2017

JULIA VIOLET JATOBÁ

**O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO DA ÁFRICA AUSTRAL**

Uma análise dos casos de Moçambique e África do Sul

Monografia apresentada à
Faculdade Damas da Instrução
Cristã - FADIC, como requisito
para obtenção do título de
Bacharel em Relações
Internacionais.

**ORIENTADORA: Prof. M^a
Artemis Cardoso Holmes**

RECIFE

2017

Ficha catalográfica

Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

J39p Jatobá, Julia Violet.
O papel da mulher no processo de redemocratização da África Austral: uma análise dos casos de Moçambique e África do Sul / Julia Violet Jatobá. – Recife, 2017.
34 f.

Orientador: Profª. Ms. Maria Artemis Cardoso Holmes.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Feminismo 3. Guerrilha. 4. África do Sul. I. Holmes, Maria Artemis Cardoso. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

CDU 327

JULIA VIOLET JATOBÁ

**O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DA
ÁFRICA AUSTRAL**

Uma análise dos casos do Moçambique e da África do Sul

Monografia apresentada à
Faculdade Damas da Instrução
Cristã - FADIC, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações
Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientadora Artemis Cardoso Holmes
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Ricardo Japiassu Simões
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Pedro Paulo Procópio de O. Santos
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais e familiares por me incentivarem a ir atrás de meus sonhos. Agradeços aos meus queridos amigos que estiveram ao meu lado durante esses últimos dois anos tão difíceis para mim.

Agradeço à minha antiga orientadora, Luciana de Lira, com quem aprendi bastante durante os períodos em que fui sua aluna e durante o tempo em que fui sua orientanda. E agradeço à minha atual orientadora, Artemis Holmes, por ter me guiado durante o resto do caminho, sempre com muita paciência.

Resumo

Atualmente, a África do Sul e o Moçambique estão entre as 15 melhores nações com o maior número de mulheres em seus parlamentos nacionais. A luta das mulheres por essa conquista tem início nos tempos coloniais, com pequenos atos contra o patriarcado e contra os governos europeus, com o intuito de trazê-las a liberdade de gênero e raça. Na guerrilha, as mulheres acharam refúgio e a chance de trabalharem como iguais ao lado dos homens. Graças a isso, o modo da sociedade encarar a mulher e o seu papel foi modificado.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa em livros sobre a história da África, mais especificamente os volumes VII e VIII da "História Geral da África" por Albert Adu Boahen e Ali A. Mazrui em parceria com Christophe Wondji, respectivamente. Também foram usados livros sobre política e feminismo, como "Women and the Remaking of Politics in Southern Africa: Negotiating Autonomy, Incorporation and Representation" de Gisela Geisler; assim como artigos acadêmicos e jornalísticos para implementar a análise.

O objetivo principal deste trabalho será o de analisar o papel da mulher no processo de redemocratização dos países da África Austral. A escolha do termo remete a uma nova democracia pelo fato da democracia já existir nesses países mas de cunho altamente racista em que os negros não tinham direitos iguais aos brancos. Em menor escala, o trabalho visa investigar a luta de guerrilha desses países, sua importância para a conquista dos direitos africanos e sua influência para as políticas de inclusão feminina.

Palavras-chave: Feminismo, Guerrilha, África do Sul, Moçambique, Mulheres.

Abstract

Nowadays, South Africa and Mozambique are amongst the 15 best nations in greatest number of women in their national parliaments. The women's struggle for that achievement begins in the colonial era, with small acts against patriarchy and against the European governments, with the intention of bringing them to freedom of gender and race. In the *guerrilla*, women found haven and the chance to work as equals alongside men. Thanks to that, the way society sees women and their role was modified.

The methodology used was a research of books about the history of Africa, more specifically the volumes VII and VIII of "História Geral da África" by Albert Adu Boahen, and Ali A. Mazrui partnered with Christophe Wondji, respectively. It was also used books about politics and feminism, such as "Women and the Remaking of Politics in Southern Africa: Negotiating Autonomy, Incorporation and Representation" by Gisela Geisler; as well as academic articles and news pieces to implement the analysis.

The main goal of this project would be to analyze women's role in the process of redemocratization of the countries of Southern Africa. The choice of the term relates to a new democracy due to the fact that it already existed in those countries albeit drenched in racism by which black people didn't have the same rights as white people. In a lesser extent, this paper aims to investigate the *guerrilla* fight in these countries, its importance to the conquest of African rights and its influence to the politics for the female insert.

Key-words: Feminism, *Guerrilla*, South Africa, Mozambique, Women.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Proporção de lugares ocupados por mulheres em parlamentos nacionais.....	26
--	-----------

Lista de Siglas

ANC - Congresso Nacional Africano

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

ICU - União dos Trabalhadores Comerciais e Industriais

MANU - União Africana Nacional de Moçambique

MK - *Umkhonto we Sizwe*

OMM - Organização da Mulher Moçambicana

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Congresso Pan-Africano

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI - União Africana de Moçambique Independente

Sumário

Introdução.....	10
1. Período Colonial.....	12
1.1 África Austral Colonial.....	12
1.2 Moçambique.....	15
1.3 África do Sul.....	17
1.4 O papel da Mulher no Período de Pré-Independência da África do Sul e do Moçambique.....	19
2. Guerrilha e Feminismo.....	21
2.1 Mulheres na luta de guerrilha.....	21
2.1.1 África do Sul.....	21
2.1.2 Moçambique.....	22
2.2 O Marxismo-Leninismo como influência.....	24
3. A Representação Feminina.....	26
3.1 A Mulher na Política ao longo dos anos.....	26
3.2 A Declaração de Beijing.....	28
Considerações Finais.....	30
Referências Bibliográficas.....	32

Introdução

Este trabalho tem como objetivo demonstrar o papel da mulher no processo de redemocratização no Sul da África, tendo como foco o Moçambique e a África do Sul. Moçambique, antiga colônia portuguesa, foi escolhido por conta de sua importância para o desenvolvimento político da área, por sua localização costeira entre as outras colônias inglesas e alemã. Com o decorrer dos anos e o avanço dos ideais políticos, o país teve várias medidas anti-imperialistas, que moldaram o pensamento ideológico dos nativos e os levou à independência. A África do Sul, que hoje conta com 42% dos parlamentares mulheres, é um símbolo de perseverança contra o racismo pela derrubada do regime de *apartheid*, que durou quase meio século, e pelas políticas de inclusão feminina que obtiveram grande êxito ao final do regime.

De modo a entendermos o papel atual da mulher na política da África Austral, é necessário que se analise a sua luta para conseguir voz nas decisões de seu país, já que, por conta da segregação advinda do colonialismo, os negros não tinham voz, e por viverem sob o patriarcado, as mulheres negras eram excluídas da sociedade.

As mulheres tinham de representar o papel apenas de dona-de-casa, dedicando todo seu tempo e esforço ao marido e aos filhos, e servindo como mão-de-obra gratuita para as lavouras familiares de seus pais, maridos e/ou irmãos, já que as mesmas não tinham direito a bens em seus nomes.

Os levantes populares contra o patriarcado na África tiveram seu início apenas na segunda metade do século XX, apesar de alguns protestos organizados por mulheres tenham ocorrido nos anos anteriores em menor escala, como os levantes das mulheres produtoras de cervejas e os protestos em prol do aumento salarial e melhoria das condições de trabalho dos mineradores.

Este projeto começará com a colonização europeia nos países abordados, que modificou a organização sócio-política do continente. Avançando para a segunda metade do século XX, analisarei como a

evolução da sociedade ocidental modificou a estrutura dos países e o pensamento da população em geral.

No segundo capítulo serão discutidos os adventos das forças guerrilheiras dos países, como elas foram cruciais para a independência e liberdade dos negros moçambicanos e sul-africanos, como iniciou a presença feminina nas guerrilhas e o seu impacto nas lutas nacionais.

Por fim, o terceiro capítulo trará uma análise da presença feminina na política nos Parlamentos Nacionais, que, apesar de Moçambique e África do Sul terem uma sólida representação, ainda tem pontos que precisam ser trabalhados com base nos relatórios da ONU pela mulher.

1. Período Colonial

1.1 África Austral Colonial

Ao final do Século XIX, com o avanço da tecnologia causado pela Revolução Industrial, os europeus passaram a sentir a necessidade de maior matéria prima para suas ferrovias, indústrias e novos meios de locomoção. O continente africano, cujo "contato" dos povos originários com os colonizadores estava limitado às áreas litorâneas, começou a ser invadido e o território dividido por acordo entre os países do velho continente. Assim, apesar da diversidade étnica do território, os nativos de diferentes tribos foram forçados a viver sob o um colonizador comum e dividir uma mesma nação.

Nesse primeiro contato, em que apenas a Libéria e a Etiópia não sucumbiram à colonização, todo o resto do continente viu-se colonizado por alguma potência imperialista. Todo esse processo de controle se estabeleceu em passo acelerado, em cerca de três décadas apenas. Tal rapidez foi possível em grande parte pela evolução das armas, já que as utilizadas pelos colonizadores eram muito mais avançadas que as armas dos nativos. Enquanto estes últimos tinham espingardas que eram carregadas pela boca, os europeus possuíam metralhadoras carregadas pela culatra, apresentando uma potência de tiro dez vezes superior e carga seis vezes mais forte.

Previamente à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os Estados europeus tinham acordos de não interferir nas colônias africanas alheias. Entretanto, com o eclodir da guerra, os Aliados invadiram os territórios sob dominação alemã e as colônias germânicas retaliaram da mesma forma. O Reino Unido, com a sua supremacia naval, aproveitava a situação estratégica da Cidade do Cabo para manter o controle sobre as Rotas Marítimas e a utilizavam como ponto de reabastecimento e descanso para as tropas.

O plano inicial do Reino Unido era *"inutilizar o sistema de comunicações e os principais portos da Alemanha na África"* (BOAHEN, 2010, p. 324), por meio da mão-de-obra africana. Estima-se que 150 mil africanos perderam a vida como soldados ou carregadores de equipamentos. Na África do Sul, homens com idade para lutar (entre 18 e 45 anos) foram convocados para recrutamento por ordem de um decreto de 1915, sendo

empregados apenas como soldados rasos ou carregadores. Mesmo sendo cruciais para a luta armada no continente, a confiança depositada neles era mínima, pois os colonizadores temiam o início de levantes sociais reivindicando melhores condições de vida para a população. Política essa bastante improfícua, uma vez que foi possível documentar a incidência de revoltas e rebeliões durante e logo após a Primeira Guerra Mundial.

A razão principal para os levantes foram o regimento e o trabalho forçados que os africanos sofreram, assim como o desejo de retornar à independência. As insurgências ocorridas na colônia inglesa da África do Sul podem ser atribuídas à elite africana que, apesar de ser composta de intelectuais, raramente chegava a ocupar algum cargo administrativo ou de grande destaque em alguma empresa e encontrava-se mais perto da população comum, difundindo as ideias de independência e descontentamento geral.

Já no Moçambique (colônia portuguesa), os levantes podem ser atribuídos a sentimentos pró-germânicos por parte dos africanos locais. A Alemanha, que relacionava-se comercialmente com as colônias vizinhas antes da guerra, "*incitou os súditos dos portugueses a derrubar seus detestados senhores*" (BOAHEN, 2010, p. 335) e desencadeou uma série de revoltas que foram duramente reprimidas pelos governos.

O período entre-guerras foi marcado pelo aumento dos movimentos nacionalistas nas colônias, principalmente porque "*tornava-se evidente que os europeus não sabiam de tudo*" (BOAHEN, 2010, p. 344). A elite culta dos países começou a desenvolver um senso crítico sobre seus colonizadores e a veicular essas ideias ao povo comum por meio de ações partidárias (como o *African National Congress*, uma entidade nacionalista que ganhou maior força nesse período) ou por meio das igrejas missionárias (as igrejas "sionistas" e etíopes, que utilizavam um princípio básico do cristianismo, segundo o qual todos os homens são iguais, inclusive os negros, para reivindicar seus direitos). Entretanto, esses primeiros grupos políticos ainda precisavam amadurecer e o fizeram durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1935, a África Austral tornou-se mais importante que já tinha sido anteriormente, graças aos minerais vitais da região, à rota do Cabo, que tornou-se essencial para o comércio com a Ásia, e ao fator racial, que

modificou as estruturas desses países. O porto da Cidade do Cabo, por ser como um *pit-stop* para as embarcações que navegam entre o ocidente e a Ásia, recebia pessoas de todos os lugares do mundo, que traziam notícias e opiniões sobre eventos da época, inclusive os pensamentos de supremacia ariana de Hitler, que encontrou vários adeptos no continente africano, principalmente nos bôeres da África do Sul.

Várias políticas de cunho racista foram implantadas na região com o intuito de marginalizar ainda mais os africanos da sociedade, como a *Native's Land Act* na África do Sul, que diminuía as áreas habitáveis dos nativos e os limitava às regiões menos férteis para sua subsistência. O país tem enormes reservas de minerais necessários para a fabricação de armas, veículos e objetos de uso diário. Sendo a sua maior fonte de renda, era de se esperar que o governo criasse atrativos para seus cidadãos com o intuito de aumentar a mão de obra mineira, como acordos bilaterais, pagamentos diferenciados e facilidade na liberação de passaportes. Estima-se que no auge dessa política migratória, a África do Sul tenha recebido 600.000 trabalhadores por ano.

O Moçambique era um dos responsáveis pela disponibilidade da mão de obra, com 220.000 migrantes. Os governantes portugueses, visando os atrativos, "não hesitaram em empregar a força bruta para recrutar trabalhadores migrantes africanos" (MAZRUI, 2010, p. 301), principalmente aqueles que demonstravam quaisquer tipos de insatisfação ao governo ou desejo de mudança estatal. A migração era sazonal, durando de 12 a 18 meses e durante esse tempo os migrantes eram encaminhados para campos transicionais, sendo enviados para o país de destino, onde trabalhavam nas minas durante o tempo necessário. Após o término de sua contribuição, os mineradores eram repatriados aos seus países de origem. O emprego da política migratória teve várias consequências para a região:

Em primeiro lugar, concedeu ao desenvolvimento histórico e cultural de toda esta parte do continente, um caráter distinto. Em seguida, contribuiu para reforçar a dependência dos países exportadores de mão de obra diante dos países de destino. (MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 302)

Nas vilas onde o minério era explorado, as incidências de filhos bastardos aumentou exponencialmente, já que os mineradores, fora de seu país, buscavam mulheres para terem relações sexuais, fossem elas prostitutas ou não, e voltavam a seu país de origem, abandonando as mulheres e seus filhos gerados extraconjugalmente. Ademais, o número de divórcios, tanto na África do Sul quanto no Moçambique, subiu bastante até a Segunda Guerra Mundial e serviu como um primeiro sinal de resistência das mulheres ao controle masculino sobre as mesmas.¹

Como será mostrado adiante, a política migratória acabou sendo responsável pela veiculação dos ideais nacionalistas entre os países da África Austral e por, indiretamente, causar o empoderamento feminino nessas áreas.

1.2 Moçambique

O Moçambique é um país no sudeste da África com área de 799.380 km². Foi colonizado por portugueses ao final do século XIX, com o intuito de servir como colônia de *plantation* em um primeiro momento, mas evoluiu para uma colônia de povoamento depois da Conferência de Bruxelas em 1876. É um país tropical, com mangues e savanas, onde a agricultura foi bastante explorada, com culturas de milho, tabaco, côco, cana-de-açúcar, chá e algodão. Durante a Primeira Guerra, os territórios moçambicanos foram invadidos pela Alemanha em mais de uma ocasião, o que acarretou uma mudança de lealdade por parte dos nativos moçambicanos, que perceberam que os portugueses (e, conseqüentemente os outros europeus) não eram tão invictos quanto foram levados a crer.

Os territórios moçambicanos só foram devolvidos a Portugal com a intervenção militar do Reino Unido. Os moradores rurais do Moçambique foram de suma importância para a "*preparação do movimento de libertação do continente desencadeado a partir de 1935*" (BOAHEN, 2010, p. 832), desenvolvendo canções durante seus trabalhos na lavoura com letras anti-Portugal e agindo indiretamente contra o governo, negando-se a pagar os impostos, escondendo-se dos recenseadores, afirmando serem mais jovens

¹ Mazrui; Wondji. 2010. P. 302.

do que eram e até mesmo fugindo para a fronteira da Niassalândia para não permanecerem sob a jurisdição do Estado português.

Moçambique foi o segundo maior contribuidor de mão de obra migrante no continente, com 220.000 pessoas imigrantes no auge da mineração, nos anos 30. Os portugueses não hesitavam em aplicar a força bruta para enviar os moçambicanos para trabalhar compulsoriamente na mineração na África do Sul, causando aos colonos um sentimento negativo sobre os colonizadores. Longe de suas famílias e amigos, os trabalhadores buscavam meios para apaziguar a dor, como o acalento das igrejas sionistas e etíopes.

Os trabalhadores imigrantes de Moçambique, descontentes e oprimidos (principalmente os das minas), iam buscar refúgio nessas igrejas. Quando voltavam para casa, organizavam sucursais desses movimentos ou formavam seitas autônomas que imitavam o modelo sul-africano ou rodesiano. (BOAHEN, 2010, p. 828).

Essas igrejas davam aos seus seguidores um sentimento de autonomia, já que eles mesmos escolhiam seus representantes, orçamentos, bandeiras, constituição, tornando-se muito populares e servindo de plataforma de encontro para as discussões em prol do nacionalismo.

Os portugueses, visando explorar ao máximo as colônias, começaram a implantar uma política de povoamento, em substituição à anterior que era de *plantation*. De 1940 a 1960, a população europeia em Moçambique passou de 27.000 para 130.000 e foram construídas estradas de ferro, rodovias e barragens hidreléticas. Os novos colonos eram, em sua maioria:

camponeses iletrados ou proletários desempregados, os quais não primavam por qualquer abertura cultural, nem tampouco pela sua tolerância em relação às outras raças. O seu estabelecimento nas colônias traduziu-se, por conseguinte, em um agravamento do racismo e da exploração da mão de obra africana (MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 315).

Foi nesse cenário com ainda mais disparidades raciais que surgiram os primeiros partidos africanos do Moçambique, a União Democrática do Moçambique (UDENAMO), criado em 1960, e a União Nacionalista Africana de Moçambique (MANU), criado em 1961. Esses partidos se uniram em uma coligação denominada Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em

1962, cujo primeiro presidente (e fundador) foi o Doutor Eduardo Chivanbo Mondlane, que marcou o começo da luta pela libertação fazendo uso da ação militante. A FRELIMO conseguiu conquistar rapidamente vários territórios e Portugal retaliou com força bruta: "*torturas, massacres, deportações e assassinatos*" (MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 320), atingindo, inclusive, Doutor Mondlane, em 1969.

O combate direto aos militantes, porém, trouxe a Portugal dívidas que, em meio ao combate a seu próprio regime ditatorial, sofria com a falta de entusiasmo e apoio dos colonos na luta contra os africanos. Então, em 8 de Setembro de 1974, Portugal assinou com Moçambique e Angola os Acordos de Lusaka, que lhes davam provisoriamente autonomia interna para realizarem eleições. A FRELIMO tomou a frente nesse processo e proclamou a independência do país em 1975, tornando-se um aliado na luta contra o racismo na África do Sul.

1.3 África do Sul

A República da África do Sul é um país africano com 1.223.201 km² de área. Foi colonizado pelos holandeses e britânicos, e conta com uma população bastante miscigenada, com onze línguas oficiais divididas em cinco famílias linguísticas (africâner, inglês, sepédi, sessoto, setsuana) e três capitais: Cidade do Cabo (capital legislativa), Bloemfontein (judicial) e Pretória (administrativa). A região hoje conhecida como África do Sul é a junção de quatro colônias de povoamento da Grã-Bretanha, quais sejam: a Colônia do Cabo e Natal, e dos africânderes, com a República Sul-Africana e o Estado Livre de Orange. A região sempre foi disputada por esses colonizadores, por conta de suas riquezas minerais, o clima temperado, a mão de obra barata e a fertilidade das terras. Assim como no Moçambique, mencionado anteriormente, os autóctones da região, apesar de serem maioria numérica, eram dominados pelas minorias brancas.

Previamente à Primeira Guerra, os africânderes e os britâncos lutaram na Guerra Anglo-Boer/Sul-Africana. Os boers (camponeses descendentes de holandeses) perderam o controle sobre os territórios da República Sul-Africana e do Estado Livre de Orange, agora na mãos da Grã-Bretanha sob o nome de União Sul-Africana. Nesse conflito, os africanos encontrados no

caminho eram levados a campos de segregação e suas fazendas eram destruídas.

Durante a Primeira Guerra, os africânderes, descendentes de holandeses, tinham o apoio dos alemães que se encontravam nos territórios vizinhos, inclusive na revolta armada de 1914 contra a decisão britânica de apoiar os Aliados. Os africânderes, com o fim da guerra, continuaram a difundir o ideal da supremacia branca, criando junto aos britânicos, leis racistas que destituíam os direitos dos africanos, como a *Native's Land Act*, que realocava os nativos para terras inférteis.

A África do Sul foi o país que mais recebeu imigrantes mineradores, atingindo até 600.000 pessoas no auge do período. Os camponeses foram os primeiros a resistir. Apesar de terem sido esporádicas, as revoltas foram numerosas e atingiram o povo comum. Outra forma de rebelião era pelas igrejas independentes, que abrangia os campos e as cidades e ainda ajudava a difundir essas ideias entre os imigrantes sazonais. No domínio político, o *African National Congress* (ANC) foi criado e levado aos países vizinhos. E, por último, os movimentos nacionalistas ganharam força junto ao proletariado com a criação do *Industrial and Commercial Worker's Union* (ICU), que também foi expandido para os países vizinhos. Várias greves ocorreram na década de 1920, nas mais variadas regiões da União, sendo sempre retaliadas pelo governo com o uso de força bruta.

Após a Segunda Guerra Mundial, os africânderes continuaram utilizando as ideias de Hitler sobre a supremacia branca para justificar suas ações contra os africanos e, em 1948 foi implementado em todo o território da União o regime de *apartheid*, graças à vitória do *Nationalist Party* (majoritariamente africânder) sobre o *United Party* (majoritariamente anglófono).

Os africanos, entretanto, não desistiram e continuaram reagindo das mais variadas formas. O governo respondia à altura com leis de segregação, como a *Bantu Self-Government Act* em 1959, em que os africanos que se rebelavam contra o governo eram realocados em *homelands*, misturando-se às etnias, com o intuito de fazê-los se virarem contra eles mesmos e de distraí-los da luta contra a desigualdade.

Em 1961, o país tornou-se uma república independente, desvinculando-se da *Commonwealth*. Entretanto, a política do *apartheid* permaneceu e os africanos ainda continuavam protestando contra o governo. Mais leis repressivas foram criadas, como a *General Law Amendment Act*, que dava aos policiais poder para manter uma pessoa presa por 90 dias renováveis, e a *Prohibition of Political Interference Act*, que desmantelava partidos políticos multirraciais. Mesmo criando novos partidos, os africanos sofriam represálias pelos brancos e só na década de 1990 é que a política de *apartheid* começa a ser destituída.

1.4 O Papel da Mulher no Período de Pré-Independência da África do Sul e do Moçambique

Anteriormente à colonização e durante o período colonial africano, as mulheres ficaram à mercê dos homens na sociedade em que viviam. Parte disso se deu por conta dos valores patriarcais das tribos nativas e em maior escala por causa do modo de vida ocidental, que foi aplicado aos costumes dos nativos como forma de manifestar o poder europeu sobre eles. As mulheres eram consideradas "propriedades" de seus pais (ou irmãos, no caso de morte dos mesmos) até o dia de seu casamento, quando o "título" passava para seu marido, impedindo que elas tivessem qualquer tipo de voz própria.

Nas vilas rurais pré-coloniais, as mulheres assumiam o papel de agricultoras (prática similarmente notada em outras civilizações primitivas) e cuidavam de seus filhos. Com a chegada dos europeus,

a predominância da mulher na produção foi negligenciada em favor dos homens africanos que eram procurados para melhorar as técnicas de produção agrícola e colheitas (GEISLER, 2004, p. 19, tradução livre).²

Elas começaram a ocupar apenas o papel de dona-de-casa, sob forte influência dos novos valores estrangeiros. Essa decisão levou a uma perda de remuneração para as mulheres, já que ao invés de trabalharem em uma

² Women's predominance in production was neglected in favour of African men who were targeted for improved agricultural production techniques and cash-cropping. (GEISLER, 2010, p. 19).

plantação e ganhar em cima disso, elas trabalhavam na colheita a mando de algum parente sem qualquer tipo de retribuição.

Como meio de subsistência as mulheres de áreas urbanas submetiam-se à prostituição e à produção caseira de cerveja. O governo sul-africano chegou a aplicar, na década de 1930, medidas para extinguir a produção da bebida, instalando cervejarias municipais. As mulheres protestaram violentamente para reassegurar-lhes o modo de produção que as sustentava. Vários outros protestos foram documentados previamente às independências da África do Sul e do Moçambique. As mulheres de mineradores criaram marcos no ativismo político feminino, juntamente às cervejeiras, ao protestar junto aos seus maridos pelas melhorias de salário e condições de trabalho.

Entretanto, o maior crescimento no poder feminino se deu com o começo dos levantes nacionalistas e a divulgação do movimento Marxista-Leninista, crucialmente importante para a onda feminista correspondente à segunda metade do Século XX.

2. Guerrilha e Feminismo

2.1 Mulheres na luta de guerrilhas

Como dito anteriormente, a luta de guerrilha, crucial na independência do Moçambique e da África do Sul, foi um ponto importante na conquista dos direitos das mulheres negras, mesmo que somente a longo prazo. A participação das mesmas nas lutas armadas pela liberdade em seus países se deu gradativamente com o início dos levantes anti-coloniais.

Apesar de atingirem o mesmo objetivo, os casos de Moçambique e África do Sul diferem na época em que a presença feminina foi mais documentada e sobre a ordem da criação da guerrilha em comparação com a independência. A África do Sul apenas criou o seu grupo de guerrilha após sua independência, pois, o governo continuou com a política de *apartheid*, que discriminava os negros e os segregava. Já no Moçambique, a FRELIMO surgiu uma década antes da independência de Portugal e foi responsável por essa conquista.

Ambos os países tiveram experiências similares durante os anos 1990; os dois países mudaram sua constituição em datas próximas ao outro. Ademais, eles também atingiram marcas semelhantes no percentual de mulheres em seus parlamentos nacionais.

2.1.1 África do Sul

A África do Sul, cuja independência do Reino Unido data de 31 de Maio de 1961, presenciou nesse mesmo ano a criação do *Umkhonto we Sizwe* (MK), o corpo armado de guerrilha do partido *African National Congress* (ANC), após a polícia atacar um protesto pacífico e matar sessenta e nove pessoas. O ataque motivou um breve estado de emergência no país, cuja causa foram protestos contra as leis de cunho racista, mas o governo tomou o controle do país e banuiu os dois partidos da oposição, o ANC e o PAC, que tiveram de atuar de forma clandestina, culminando na criação do MK.

O MK pregava a união das pessoas, sem se importar com e até estimular a diversidade racial, e retaliava a opressão do Estado com ataques e sabotagens. As mulheres começaram a ter mais espaço no partido apenas

na década de 70, enquanto até esse momento estavam presentes em cargos administrativos ou disfarçadas como civis com agulhas para tricotar em suas bolsas, o que lhes rendeu o apelido de "guerrilheiras do tricô"³, para recrutar mais pessoas ou adquirir informações.

As mulheres eram treinadas junto aos homens e então encaminhadas para algum serviço não-militar. As guerreiras também foram utilizadas como propaganda da luta pela liberdade e passavam aos outros soldados um ideal heroico, apesar de raramente entrarem em combate. O MK, apesar disso, sempre mostrou que a emancipação feminina era uma das pautas mais respeitadas em sua agenda, representando a extinção de todas as formas de opressão.

Essas ações resultaram numa mudança da percepção masculina sobre as mulheres: elas começaram a ser vistas como iguais e dignas de respeito. As mulheres que se alistavam eram tão patriotas quanto seus colegas do sexo masculino, e mesmo aquelas que eram mães de família o faziam de modo a conciliar ambas as atividades. Apesar de ter os ideais feministas como um objetivo, a participação feminina só foi alcançada após a insistência das mulheres em deixá-las assumirem cargos militares e portarem armas. Ao ano em que o ANC e o PAC foram considerados novamente partidos legítimos, mulheres representavam 20% dos soldados do MK.

2.1.2 Moçambique

O Moçambique tornou-se independente em 1974, após a guerra contra Portugal que durou uma década, graças aos esforços da FRELIMO (Frente Nacional de Libertação de Moçambique), um partido criado em 1962 a partir da integração de três partidos nacionalistas: UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), MANU (*Mozambique African National Union*) e UNAMI (União Africana de Moçambique Independente); seu maior objetivo era a independência de Portugal.

Similarmente à situação na África do Sul, as mulheres primeiramente ocuparam cargos administrativos ou de segurança; foi apenas com a necessidade de mais soldados que a FRELIMO começou a aceitar mais

³ "Knitting kneedle guerrillas". Geisler, 2004, p. 53.

mulheres na luta. Elas recebiam treinamento igual aos homens, mas davam preferência a tarefas auxiliares como "reconhecimento, realocamento de suprimentos e armas, enfermagem e telecomunicações" (GEISLER, 2004, p. 52, tradução livre)⁴. As mulheres buscavam ajuda entre si, já que os homens as tratavam com preconceito, procurando auxílio entre as civis e organizando a divulgação para a população. Graças a elas foi criado na década de 1960 o Destacamento Feminino, cujo objetivo era gerar melhores condições para a participação feminina na política.

Os homens tinham uma visão massivamente estereotipada das mulheres em relação a seus modos de vida. Com base na ideia de que está na natureza de toda mulher desejar e saber ser mãe, Samora Machel, que chegou a ser presidente da FRELIMO e a ser presidente de Moçambique, criou uma lista das três tarefas exclusivas das mulheres militantes do partido, que consistiam em ensinar e auxiliar a nova geração de soldados e guiar as esposas dos membros da FRELIMO a também agirem no partido. Esse ideal foi reforçado com a participação feminina em forças de apoio aos civis, como órfãos, doentes e outros que buscavam educação. A imagem dada a essas mulheres era de que eram destinadas biologicamente a realizar essas ações.

A participação das mulheres na luta foi árdua, já que poucas mulheres conseguiam ultrapassar as barreiras do preconceito dos homens, que insistiam na fraqueza do corpo feminino e de sua incapacidade inata de conseguir realizar os mesmos feitos que eles. Aulas de aceitação das mulheres tiveram de ser ministradas aos homens para que esses pudessem respeitar suas companheiras, e nos anos próximos à e após a independência várias organizações foram criadas para melhorar a vida das pessoas, inclusive a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), que está em atividade até os dias atuais.

A OMM surgiu no ano de 1973 com o intuito de juntar-se ao Destacamento Feminino como órgão exclusivo às mulheres, defendendo "sua emancipação e o ("**sic**") engajamento direto no movimento político" (SANTANA, p. 248). A organização tomou a frente de várias políticas contra condutas sexistas como "casamento infantil, *lobola*, poligamia e cerimônias

⁴ "Reconnaissance, moving of supplies and arms, nursing and telecommunications." Santana, p. 248.

de iniciação" (GEISLER, 2004, p. 56, tradução livre)⁵; práticas essas consideradas colonialistas e que deviam ser extintas por causar submissão às mulheres.

Ao eclodir a independência moçambicana, o novo presidente Samora Machel justificou a luta pela liberdade feminina como sendo não contra os homens, mas contra a sociedade opressora em que se vivia. E baseou-se no marxismo para tentar retirar ambos os homens e as mulheres da opressão em que vivem, desfazer a dominação masculina sobre as mulheres e reavaliar o sexismo e o preconceito baseado em gênero no Moçambique.

2.2 O Marxismo-Leninismo como influência

Como diz Bobbio (2013), o Marxismo é

o conjunto das idéias, dos conceitos, das teses, das teorias, das propostas de metodologia científica e de estratégia política e, em geral, a concepção do mundo, da vida social e política, consideradas como um corpo homogêneo de proposições até constituir uma verdadeira e autêntica "doutrina", que se podem deduzir das obras de Karl Marx e de Friedrich Engels. (BOBBIO, 2013, p.738)

A teoria Marxista engloba todas as vertentes da ideologia que surgiram ao longo dos anos com base em diferentes interpretações feitas por vários pensadores.

O Leninismo foi criado por Vladimir Lenin como uma versão adaptada do marxismo para a Rússia, podendo ser considerado uma "interpretação teórico-prática do marxismo" (BOBBIO, 2013, p.679). O Marxismo-Leninismo pode, então, ser considerado como a junção das ideias de Lênin às ideias de Marx, que foram colocadas em prática no Estado Russo e difundidas ao redor do mundo.

Em relação ao feminismo de forma geral, a teoria marxista-leninista não representa mais que um único ponto entre vários da luta da mulher, mas para os casos da África do Sul e do Moçambique, o marxismo-leninismo representou o escopo da investida a favor da emancipação feminina.

⁵ "Child marriage, *lobola*, polygamy and initiation ceremonies." Geisler, 2004, p. 56

A visão de Marx e Engels, apesar de falharem ao atribuírem os problemas de gênero enfrentados pelas mulheres ao Estado e à propriedade privada, exitaram ao expressar a necessidade da igualdade entre os gêneros e por terem trazido essa discussão a um nível mais amplo.

Para os liberalistas negros da África do Sul e do Moçambique, o marxismo incorporava o anseio de libertar-se do homem branco opressor e de criar um novo Estado igualitário. Os textos de Marx e Engels ditaram as medidas a serem tomadas para atingir esse novo avanço político e um desses textos de Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, pavimentou o tratamento com que as forças de guerrilha iriam tratar suas mulheres e o que seria esperado do novo Estado a ser criado fora dos confinamentos do colonizador.⁶

⁶ Biroli; Miguel. 2014. P. 23.

3. A Representação Feminina

Ao final da década de 1980 as guerrilhas MK e FRELIMO já haviam sido dissolvidas graças às conquistas adquiridas em suas lutas nacionais: no Moçambique a FRELIMO continuava ativa como o principal partido do país, tendo sucesso em eleger Samora Machel como o primeiro presidente após a independência em 1975. Com inclinação socialista, o partido tinha como um de seus pontos mais importantes a união entre as raças e a inclusão da mulher na política. Em 1990, é elaborada uma nova constituição, abandonando-se o sistema marxista, dando início a uma nova era.

Na África do Sul, que já havia se tornado independente em 1961, o regime de *apartheid* ainda estava em vigor e após alguns meses os partidos não-brancos do país foram banidos; agindo de forma clandestina, o ANC (Congresso Nacional Africano) manteve-se ativo, acumulando apoio internacional, e advogando sobre as injustiças do *apartheid*. Em 1986, no aniversário de 10 anos do ataque aos protestos de Soweto, novos protestos surgiram e um novo estado de emergência foi declarado. Nos dois anos que seguiram, a MK continuou a praticar ataques contra o Estado e só em 1989 o governo começou a negociar com o ANC para chegar a um acordo de paz. Em 1994, foram presididas as primeiras eleições após a extinção da política de segregação em 1991 e instaurada uma nova constituição.⁷

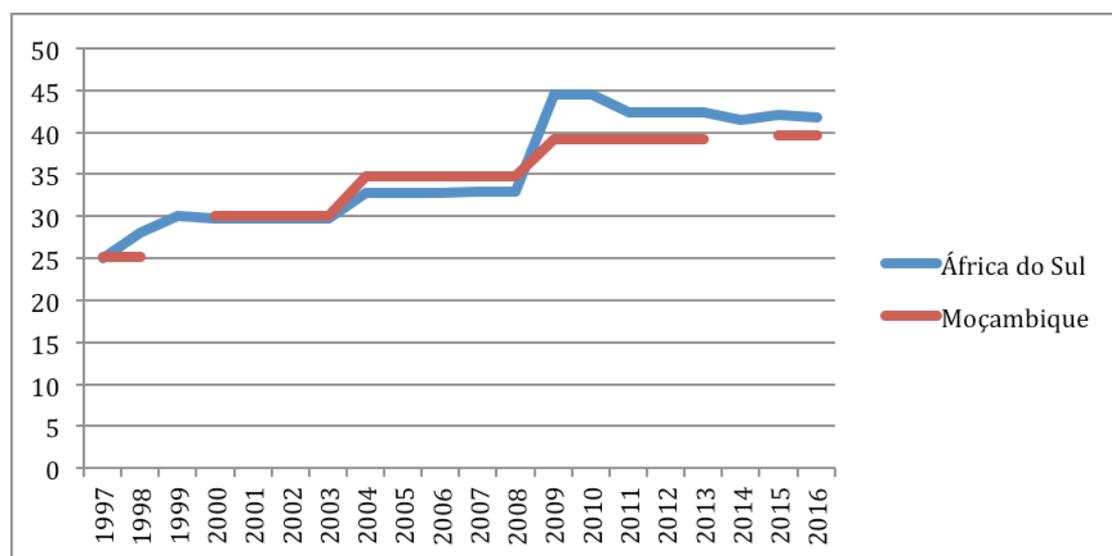
3.1 A Mulher na política ao longo dos anos

Com as novas constituições em vigor em ambos os países, e com o histórico de ambas as forças de guerrilha em propagar a igualdade de gênero, as mulheres começaram a ocupar o ambiente político a partir da última década do século passado. Entretanto, a conquista de espaço não veio sem preconceitos e dificuldades; as habilidades das mulheres eram questionadas simplesmente por causa de seu gênero, sendo por vezes acusadas de serem incapazes de conciliar os trabalhos familiares com os políticos; seus interesses feministas eram desvalorizados nas pautas políticas e considerados desnecessários aos olhos dos homens.

⁷ South African History Online. 2011.

Mas isso não as impediu de seguir lutando nem diminuiu suas forças. As mulheres foram aos poucos adquirindo seus lugares em parlamentos e outros cargos, enfrentando os preconceitos da sociedade patriarcal.

Gráfico 1: Proporção de lugares ocupados por mulheres em parlamentos nacionais (%) (1997-2016).



Fonte: IPU - Inter-Parliamentary Union. <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif-arc.htm>>

No GRAF. 1 podemos perceber a evolução da participação feminina em parlamentos nacionais da África do Sul (em azul) e do Moçambique (em vermelho) desde 1997, de quando data a primeira coleta de dados sobre esse caso, até os dias atuais, em que a última pesquisa foi realizada no dia 01 de Maio do ano vigente.

A África do Sul ocupa atualmente o décimo lugar no ranking *Women in Parliaments* realizado pela Inter-Parliamentary Union. Desde o início da coleta de dados para a realização de tal análise, em 1997, a quantidade de mulheres no parlamento da África do Sul sempre excedeu os 25 pontos percentuais, tendo conquistado a colocação de terceiro lugar no ranking mundial em 2009 e 2010, após ter chegado ao décimo-sétimo lugar no ano de 2008.

O Moçambique está, até o presente momento, no décimo-segundo lugar da lista. Apesar de nunca ter atingido uma posição acima da nona no

ranking mundial, em 2009, o Moçambique também nunca obteve menos que 25% de mulheres eleitas em seu parlamento.

Apesar de ainda não terem atingido a marca de 50% dos cargos parlamentares, as mulheres sul-africanas e moçambicanas têm tido várias conquistas ao passar dos últimos 20 anos; ambos os países estão entre os 5 melhores do continente africano em questão de representatividade.

3.2 A Declaração de Beijing

Em 1995, a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Beijing, com o intuito de discutir o empoderamento feminino e a igualdade dos gêneros, criando uma série de diretrizes a serem seguidas e alcançadas.⁸

Chamada de *Declaração e Plataforma pela Ação de Beijing*, os parâmetros estabelecidos abrangem desde os direitos das garotas até a relação da mulher com o meio-ambiente. O conjunto de orientações sobre a *Mulher no poder e a tomada de decisões*, dita os direitos das mulheres no ambiente político, e como esses direitos podem ser adquiridos e garantidos a elas.

Assim consta o primeiro artigo da seção sobre a *Mulher no Poder e a Tomada de Decisões*:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos declara que todos tem o direito de participar no governo de seu país. O empoderamento e autonomia da mulher e a melhora de seu *status* político, econômico e social é essencial para a conquista de um governo igualmente transparente e responsável e de desenvolvimento sustentável em todas as áreas da vida. (DECLARAÇÃO E PLATAFORMA PELA AÇÃO DE BEIJING, 1995, p. 119, tradução livre).⁹

⁸ Pitamber. 2016.

⁹ "The Universal Declaration of Human Rights states that everyone has the right to take part in the Governmet of his/her country. The empowerment and autonomy of women and the improvement of women's social, economic and political status is essential for the achievement of both transparent and accountable government and administration and sustainable development in all areas of life." Beijing Declaration and Platform for Action, 1995, p. 119.

Prestes a completar vinte e dois anos, as diretrizes ainda não foram totalmente colocadas em prática em vários países, apesar de muito já ter sido alcançado se for feita a comparação com a I Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em 1975.

Considerações Finais

Nas sociedades patriarcais, em que o homem tem a última palavra, as mulheres enfrentam diversas barreiras para adquirir os mesmos direitos dos homens. Atualmente, apesar de ainda existir muito preconceito e dificuldades, inúmeros direitos já foram alcançados graças à luta feminista. Para as mulheres pertencentes a outras minorias, infelizmente, os esforços têm de ser redobrados.

A mulher negra africana, por conta do racismo que predominou na sociedade colonial no continente, sofreu duplamente para conseguir ser vista e ouvida e para adquirir seus direitos. Entretanto, os esforços dos governos moçambicano e sul-africano devem ser reconhecidos pelas conquistas alcançadas que culminaram na inclusão das mulheres na sociedade, a mudança da percepção da mulher de "propriedade" masculina para donas de si mesmas, e pela sua entrada no mercado de trabalho e no meio político.

A luta das mulheres ainda não chegou ao seu fim, como podemos ver pelas metas lançadas na Declaração de Beijing da IV Conferência sobre a Mulher, que está prestes a completar vinte e dois anos. Ainda há lugares no mundo onde garotas não têm direito a estudar ou que o único futuro viável para elas seja o de dona-de-casa.

Ademais, ainda é grande o número de casos de estupros, de violência contra as mulheres e de atitudes machistas nesses países, mas são práticas que podem e devem ser modificadas a longo prazo, com o auxílio dos governos para que essa mudança seja implantada em todos os âmbitos da sociedade. A ONU conta com um setor específico para o auxílio da mulher, criado em 2010, com o objetivo de assegurar a igualdade de gênero e de encaminhar as mulheres para as suas conquistas.

A conclusão que pode-se tirar do presente trabalho é que a luta dos negros, e principalmente das mulheres negras, na África do Sul e no Moçambique foi extensa. Em meio ao imperialismo europeu, duas guerras mundiais e batalhas contra o preconceito, a luta feminina triunfou e os resultados estão escancarados na política dos países. Apesar de nenhum dos dois ter tido uma presidente mulher, a África do Sul conta com duas candidatas para as eleições presidenciais de 2019, a Nkosazana Dlamini Zuma e Lindiwe Sisulu.

No ano passado, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou um relatório analisando a situação das mulheres e garotas do Moçambique. A conclusão foi que as moçambicanas ainda sofriam bastante com a desigualdade, a violência doméstica e a falta de oportunidades escolares, mesmo com os esforços do governo em melhorar esse quadro. Este ano, no Dia da Mulher Moçambicana, 07 de Abril, a data foi transformada em feriado nacional. Durante a celebração na capital Maputo, os casos de violência contra a mulher foram discutidos, assim como as novas leis, agora mais rigorosas, e a importância do diálogo entre as vítimas e as forças policiais.

Referências

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880--1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Disponível em: <https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario_de_politica.pdf>. Acessado em: 02/05/2017.

CHUTEL, Lynsey. **South Africa's next president might be a woman, but that isn't the only change we need**. 2017. Disponível em: <<https://qz.com/887031/south-africas-next-president-might-be-a-woman-but-that-isnt-the-only-change-we-need/>>. Acessado em: 02/06/2017.

COCK, Jacklyn. **Women, the Military and Militarisation: Some questions raised by the South African case**. 1992. Disponível em: <https://www.sa-soldier.com/data/09-SADF-links/UsedPDFs/Women_the_Military_and_Militarisation_by_Jacklyn_Cock.pdf>. Acessado em 02/05/2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GEISLER, Gisela. **Women and the Remaking of Politics in Southern Africa: Negotiating Autonomy, Incorporation and Representation**. Basauri: Grafilur Artes Gráficas, 2004.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in National Parliaments**. 2017. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif151200.htm>>. Acessado em 13/05/2017.

JOSÉ, Hermínio. **Moçambique celebra o 7 de Abril, Dia da Mulher Moçambicana.** 2017. Disponível em: <http://pt.radiovaticana.va/news/2017/04/08/mo%C3%A7ambique_celebra_o_7_de_abril,_dia_da_mulher_mo%C3%A7ambicana/1304355>. Acessado em: 12/06/2017.

LISBOA, Orfeu. **Moçambique: Mulheres continuam a sofrer desigualdades.** 2016. Disponível em: <<http://pt.rfi.fr/mocambique/20161205-mocambique-mulheres-continuam-sofrer-desigualdades>>. Acessado em: 12/06/2017.

LISSONI, Arianna. **The South African liberation movements in exile, c. 1945-1970.** 2008. Disponível em: <http://www.sahistory.org.za/sites/default/files/Arianna_Lissoni_PhD_thesis.pdf>. Acessado em: 02/05/2017.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História Geral da África, VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **About UN Women.** Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/about-us/about-un-women>>. Acessado em: 20/05/2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Beijing Declaration and Platform for Action.** 1995. Disponível em: <http://beijing20.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/cs/w/pfa_e_final_web.pdf>. Acessado em: 20/05/2017.

PITAMBER, Pryia. **South Africa's Women in Politics.** 2016. Disponível em: <<https://www.brandsouthafrica.com/governance/developmentnews/south-africa-s-women-in-politics>>. Acessado em: 21/05/2017.

SANTANA, Cristiane Soares de. O OLHAR DA FRELIMO SOBRE A EMANCIPAÇÃO FEMININA. **Revista do Programa de pós-graduação em**

estudos africanos e representações da África, UNEB, Salvador, BA, v. 3, n. 5, 2016. Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/africanas/article/view/2576>>. Acessado em: 02/05/2017.

SANTANA, Cristiane Soares de. MILITANTE E DONA DE CASA: REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES EMANCIPADAS NO PÓS-INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE. **Revista Veredas da História, Rio de Janeiro, Salvador, Pelotas, Mato Grosso e Sergipe, Brasil**, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/view/132/136>>. Acessado em: 02/05/2017.

SANTANA, Jacimara Souza. **NA ENCRUZILHADA DAS CULTURAS: POLÍTICAS PARA MULHERES DE MOÇAMBIQUE EM NOTÍCIAS (REVISTA TEMPO 1975-1985)**. Disponível em: <<http://itaporanga.net/genero/1/GT01/019.pdf>>. Acessado em 02/05/2017.

South African History Online. **Liberation Struggle in South Africa**. 2011. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/article/1960-1994-armed-struggle-and-popular-resistance>>. Acessado em: 20/05/2017.

THIAM, Awa. **BLACK SISTERS, SPEAK OUT: Feminism and Oppresion in Black Africa**. Worcester: Billing and Sons Ltd, 1986.